

Subprograma Odontológico será questionado na Justiça

Após várias tentativas de diálogo para solucionar o impasse envolvendo o subprograma Odontológico, a diretoria do Sindieletró irá ajuizar uma ação civil questionando a forma como o subprograma foi instituído, bem como a contratação de empresa terceirizada para geri-lo.

Também já estão agendadas reuniões na Agência Nacional de Saúde (ANS) e Secretaria de Previdência Complementar (SPC) para solicitar a intervenção das mesmas no imbróglio criado pelo presidente do Conselho Deliberativo da Forluz, Sérgio Augusto, que através do voto de desempate, ignorou a desaprovação do Comitê do Prosaúde e impôs a aprovação, indo além do que está previsto no regulamento do PSI.

“Com essa aprovação pelo Conselho Deliberativo, o Comitê do Prosaúde foi desrespeitado e tanto o Acordo Coletivo Específico do Prosaúde como o Regulamento do PSI foram ignorados no momento que a decisão foi levada para o Conselho Deliberativo. Mas ainda existe um problema mais grave: a Forluz está agindo de forma ilegal ao contratar uma empresa para gerir o



Foto: Benedito Maia

Setorial do subprograma Odontológico: trabalhadores optam por ação judicial para ter mais garantias

Odontológico”, revela Wilian Vagner, coordenador-geral do Sindieletró.

Ele explica que pela norma da Agência Nacional de Saúde (ANS) a Forluz não pode “terceirizar” o subprograma Odontológico. “A Fundação deve conveniar os dentistas, da mesma forma que faz com o Prosaúde. Não pode nunca contratar uma

empresa intermediária para assumir o Odontológico”, afirma Wilian Vagner.

Intransigência

Diante das argumentações das entidades sindicais e AEA de que a implantação do subprograma sem o entendimento da categoria poderá levar muitos trabalhadores a desistirem

da adesão, a Cemig e a Forluz simplesmente responderam que “quem não quiser pode ficar de fora”. “Isso reflete a total falta de respeito e interesse com o bem estar dos trabalhadores”, avalia Wilian Vagner.

O coordenador da Regional Metalúrgica, Leonardo Timóteo, diz que a empresa adota, em relação ao Odontológico, ao mesmo método do processo de venda do anuênio, tentando individualizar a sua negociação.

“Quando a direção da Cemig impede o acesso à informação e dificulta a discussão do Sindieletró com a categoria, ela força o trabalhador a aderir a uma proposta baseada apenas em seu marketing, sem um conhecimento do que está sendo proposto”, avalia.

Entre os trabalhadores, as dúvidas são muitas. Um técnico

em manutenção elétrica que participava de uma setorial disse que até agora se sente confuso. “A gente só recebe informação via sindicato e percebe que a empresa quer fazer tudo a toque de caixa”, critica.

Segundo os coordenadores das Regionais do Sindieletró, os eletricitários de todo o estado estão compreendendo a gravidade da situação.

A proposta de entrar com a ação na Justiça e procurar a Agência Nacional de Saúde foi apresentada e aceita pelos trabalhadores, que estão dispostos a partir para a mobilização de forma a garantir um programa Odontológico que atenda a toda a categoria e não apenas a uma parcela dos trabalhadores.

Tá chegando a hora!!

Estamos começando a planejar nossa Campanha de Renovação do Acordo Coletivo e você já pode enviar sua sugestão para a Pauta de Reivindicações deste ano. Envie sua colaboração pelo e-mail cinformacao@sindieletromg.org.br, por malote ou ligue para (31) 3238-5027.

Vamos construir juntos nossa Campanha



Foto: Regional Norte

Em Montes Claros, diretores do Sindieletró ressaltaram a falta de transparência da empresa

Polêmica na Forluz ganha projeção nacional

Autoritarismo e desmandos do presidente do Conselho Deliberativo da Forluz, Sérgio Augusto, é denunciado à Secretária de Previdência Complementar (SPC) e à Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão (Anapar)

Os conselheiros eleitos pelos trabalhadores que compõem o Conselho Deliberativo da Forluz denunciaram à Secretaria da Previdência Complementar (SPC) o procedimento do presidente do Conselho Deliberativo daquela Fundação, Sérgio Augusto, que impede os representantes eleitos de registrarem sua discordância com as decisões tomadas pelos conselheiros indicados pela patrocinadora.

A denúncia foi publicada também no site da Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão (Anapar), ganhando repercussão nacional.

A correspondência enviada à SPC denuncia que, além de impedir o registro em ata

dos votos discordantes dos conselheiros eleitos, o presidente não colhe a assinatura dos representantes dos participantes. Somente com a assinatura de presidente e secretário, as atas não espelham o ocorrido nas reuniões, pois não contemplam o registro do contraditório, direito que deve ser garantido em qualquer organização democrática.

Os conselheiros da Forluz fazem a denúncia, argumentando, inclusive, que as atas redigidas daquela maneira não têm validade, pois não contam com a anuência de todos os integrantes das reuniões. E pedem providência do órgão fiscalizador.

No entendimento da Anapar, os procedimentos adota-

dos pelo Presidente do Conselho da Forluz e demais conselheiros indicados pela Cemig estão na contramão de tudo o que vem se consolidando no sistema de previdência complementar, em relação às boas práticas de governança e aos controles internos determinados pela Resolução CGPC 13.

A Anapar apóia a iniciativa e espera que a SPC tome as necessárias providências para assegurar o livre exercício do mandato aos conselheiros eleitos. E que aja para restabelecer as boas práticas no fundo de pensão dos eletricitários de Minas Gerais, indevidamente atropelados pelos representantes indicados pela patrocinadora.

Forluz muda critério de reajuste dos benefícios dos aposentados

Nas negociações, representantes dos trabalhadores no Conselho Deliberativo conseguiram aprovar aumento de 4,37% para aposentados e pensionistas

Em reunião realizada, no último dia 7, o Conselho Deliberativo da Forluz adotou uma série de medidas que podem mudar a forma de cálculo do reajuste anual dos benefícios dos aposentados e pensionistas. A idéia é que sejam criados métodos de cálculo que não provoquem distorções excessivas no Índice Atuarial do Plano (IAP), que serve de base para a concessão dos reajustes.

De acordo com as regras vigentes, em junho de 2006, os salários foram reajustados em 3,01%, ao invés dos 4,37%, calculados segundo a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto de Pes-



Plínio: reajuste melhor

quisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), no período de junho de 2005 a maio deste ano. Contudo, a decisão do Conselho foi favorável à manutenção do índice maior.

No entanto, todas as alterações ainda precisam ser

aprovadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), órgão que regulamenta o setor. Se as mudanças propostas forem aceitas, o reajuste será de 4,37%, com pagamento retroativo a junho deste ano.

Também foram aprovadas mudanças na cesta de índices utilizada para a definição final do reajuste. “O objetivo de tudo isso é garantir o pagamento do reajuste integral aos aposentados e pensionistas, buscando paralelamente um melhor critério de reajuste dos benefícios”, explica Plínio Arantes, membro do Conselho Deliberativo e futuro diretor de Relações com os Participantes da Forluz.



Lúcio Guterres durante o ato por “Justiça e Liberdade Sindical”

Lideranças se unem em apoio a Lúcio Guterres

A solidariedade marcou o ato público por “Justiça e Liberdade Sindical”, realizado durante a audiência de julgamento do processo criminal movido contra o presidente da CUT-MG e diretor do Sindieletro, Lúcio Guterres, pelo coordenador do Comitê de Negociação da Cemig, Sérgio Augusto.

A manifestação contou com a presença de lideranças políticas, sindicais, estudantis e sociais que, de mãos dadas em frente ao Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, pronunciaram em voz alta, por diversas vezes, “Viva a liberdade!”.

Nem mesmo a decisão do juiz Mateus Bicalho de Melo Chavinho de adiar o julgamento para o dia 5 de outubro, por entender que é preciso ouvir todas as testemunhas do processo, desanimou os manifestantes. “Nossa solidariedade ao Lúcio é pessoal e sindical, voltaremos aqui quantas vezes for necessário para apóia-lo”, enfatizou um manifestante.

Solidariedade

Durante o ato, o presidente da CUT destacou que as manifestações de solidariedade lhe dão força para prosseguir. “Sou hoje mais lutador e guerreiro graças ao apoio que venho recebendo. Aliás, o movimento sindical tem como princípio a solidariedade e isso tem se consolidado a cada dia”, ressaltou.

Para o diretor de Comunica-

ção do Sindieletro, Marcelo Borges, “parece que nós estamos em uma grande penitenciária de segurança máxima”, depois que a Cemig passou a radicalizar com as ações para impedir o acesso dos movimentos sindical e social em suas instalações.

“Eles alegam necessidade de segurança, mas sabemos que a empresa quer impedir, de qualquer forma, as nossas manifestações”, criticou. Ainda de acordo com Marcelo, “calar o Lúcio é calar a voz de todos os trabalhadores”.

Criminalização

O ex-Secretário Nacional de Direitos Humanos e candidato ao governo de Minas pela Coligação A Força do Povo (PT, PMDB, PCdoB e PRB), Nilmário Miranda, também participou do ato, e destacou que é preciso dar “um choque de democracia no estado”. Segundo ele, a perseguição a Lúcio Guterres não é um caso isolado.

“Outros companheiros já foram processados pelo estado, espancados e impedidos de exercer suas atividades sindicais. Foi o neoliberalismo que inventou a criminalização dos movimentos sindical e social, e em Minas tudo é patrocinado pelo governo, que também usa a Cemig para transferir renda dos pobres para os mais ricos através de uma das tarifas mais caras do país”, criticou Nilmário Miranda.

Mobilização reverte arbitrariedades no São Gabriel e no Anel Rodoviário

Foto: Benedito Maia

A solidariedade dos eletricitários reverteu a demissão de 38 vigilantes terceirizados no São Gabriel. No Anel Rodoviário, trabalhadores romperam com o pacto de silêncio e conseguiram derrubar chefe autoritário

A mobilização garantiu duas importantes vitórias para a organização dos eletricitários em defesa do respeito e dignidade dentro da Cemig. Na Unidade São Gabriel, a paralisação das atividades, no dia 19 de julho, em protesto contra a demissão de 38 vigilantes da empreiteira Viban, assegurou a continuidade do contrato de trabalho dos terceirizados. No Anel Rodoviário, os trabalhadores denunciaram, também em julho, o assédio moral praticado pelo supervisor da área de inspeção de unidades consumidores, que foi transferido para outro setor.

No caso dos vigilantes, o cancelamento do aviso-prévio dos trabalhadores foi anunciado no último dia 1º, após as negociações entre a Viban e a Cemig, acatando as reivindicações dos trabalhadores do quadro próprio, apresentadas através de um abaixo-assinado encaminhado à empresa.

A ação de solidariedade com os colegas terceirizados, que há anos prestam serviços de qualidade dentro da Cemig, reverteu a ameaça de demissão que estaria sendo provocada por cortes de pessoal na Viban. Os trabalhadores atuam na unidade São Gabriel, Betim, Santa Luzia e nas subestações de Adelaide, Bonsucesso e Sion.

União por respeito

Na avaliação do diretor de Saúde e Segurança do Sindieletro, Jairo Nogueira Filho, o cancelamento das demissões foi uma vitória também para os eletricitários do quadro próprio, que demonstraram força e união. “Esse movimento mostrou que a organização dos eletricitários consegue muita coisa

e resgata o espírito de luta que já garantiu outras conquistas importantes como barrar a privatização da Cemig e acabar com as umplas”, avalia.

Para o diretor, apesar da direção da Cemig insistir na individualização das relações para enfraquecer as negociações, os eletricitários mantêm viva a consciência de classe e a solidariedade com os colegas terceirizados. “Somos a categoria mais forte do estado, e mesmo que a empresa aja com truculência e tente impedir o acesso dos dirigentes sindicais aos trabalhadores, o espírito de luta e de resistência permanece”, avalia.

Fim das humilhações

No Anel Rodoviário, a mobilização dos trabalhadores da inspeção garantiu o afastamento do supervisor que vinha sistematicamente desrespeitando os eletricitários. A denúncia de que o chefe expunha os trabalhadores a situações humilhantes e constrangedoras durante a jornada de trabalho, desestabilizando a relação da equipe foi comprovada.

Para o coordenador da Regional Metalúrgica, Leonardo Timóteo, em vários locais da Cemig, ocorre a degradação das condições de trabalho provocada pelo despreparo e pela violência moral praticada pelos chefes.

“Essa conduta equivocada é permanentemente denunciada pela direção do Sindieletro em função dos prejuízos emocionais que traz para o trabalhador e para a empresa. Essa vitória no Anel mostra que vale a pena romper com o silêncio e com o individualismo e lutar contra este modelo de chefia”.



Trabalhadores do São Gabriel paralisaram as atividades em protesto pela demissão dos vigilantes

Sindieletro discute PCR dos trabalhadores de Funil

Conforme ficou acertado no ACT 2006/2007, a direção do Sindieletro agora irá negociar com o Consórcio Cemig e Vale do Rio Doce o Plano de Cargos e Remuneração dos trabalhadores da Usina de Funil.

Na terça-feira, 8, o coordenador-geral do sindicato, Wilian Vagner, e o coordenador da Regional Oeste, Celso Primo, participaram de uma rodada de discussão na cidade de Lavras, no Sul de Minas.

Eles apresentaram algumas reivindicações para melhorar a proposta de PCR e a empresa ficou de avaliar e marcar nova reunião. Depois disso, a direção do Sindieletro

fará assembleia com os trabalhadores para discutir e votar o Plano.

De acordo com Celso Primo, a proposta do consórcio achata as carreiras, impossibilitando uma progressão real, pois, mesmo que um trabalhador consiga todos os méritos e obtenha o nível mais alto, a sua progressão salarial chega, no máximo, à 25%, ou seja, em determinado ponto ele estaciona na carreira.

Celso exemplifica que, hoje, um trabalhador que tem pela frente mais 30 anos de trabalho, mesmo se conseguir chegar ao nível mais alto dentro da carreira, terá 25% de aumento durante toda a sua trajetória na empresa. “Imagine a situação

dos que não conseguem o nível máximo”, pondera.

O diretor lembra que é grande a expectativa dos trabalhadores quanto à implantação do PCR, principalmente porque, quando foram contratados, ouviram da empresa promessas de que haveria uma significativa melhoria salarial, o que não aconteceu até hoje.

Agora, eles esperam que as promessas sejam cumpridas através do PCR. “Os ótimos resultados e lucro da Usina provam a competência e qualificação dos trabalhadores, que merecem ter um Plano que garanta uma valorização real e o crescimento dentro das carreiras”, avalia.

Saída para crise está na organização da sociedade

Foto: Benedito Maia/Arquivo

do Portal Mundo do Trabalho/CUT Nacional
por Leonardo Wexell Severo

“Em primeiro lugar, é preciso quebrar a espinha dorsal da hegemonia do capital financeiro, em sua modalidade especulativa. Segundo, é preciso quebrar a hegemonia da mídia privada que pauta o debate nacional, julga as iniciativas do governo e criminaliza os movimentos sociais. Terceiro, é preciso lutar contra a precarização do mundo do trabalho”. A afirmação é do professor e sociólogo Emir Sader.

Sader participou de uma reunião com a executiva nacional da CUT, no último dia 3, em São Paulo. Segundo o professor, neste momento as forças dos movimentos sociais devem impedir a volta dos neoliberais e romper com a lógica excludente dos juros altos e do elevado superávit primário.

“Precisamos de uma política de emprego. Temos de garantir que os recursos públicos, isto é, do povo, arrecadados da renda do trabalhador, do cidadão, sejam dirigidos para gerar emprego e renda. A luta é esta: prioridade econômica para o sistema financeiro ou para o social”, frisou. Sader ressaltou a importância da reeleição de Lula para o Brasil e toda a América Lati-

na e destacou o papel da mobilização da sociedade “para que o segundo mandato não represente apenas uma contenção dos neoliberais e privatistas, mas um avanço significativo na integração solidária e soberana”.

Para ele, é preciso construir pontes com os movimentos sociais, onde a CUT tem papel fundamental para colocar suas reivindicações e mobilizar a população, dando respaldo a ações mais ousadas do governo. “A ditadura do Palocci e do Meirelles com sua política financeira inviabilizava qualquer perspectiva de desenvolvimento social. Na lógica financista, o que sobrava do contingenciamento ia para o social, mantendo-se os juros reais mais altos do mundo e elevando-se a carga tributária para 36%”, lamentou.

“E para onde vão estes monumentais recursos? Para pagar juros da dívida. Então é preciso redirecionar os impostos, que não podem mais ser um instrumento de financeirização, de transferência de recursos do setor produtivo para os especuladores”, denunciou o professor. Para Sader, é injustificável a manutenção desta política econômica.



Governo de Minas usa violência contra movimentos sociais

Império em crise

Sader salientou a importância de uma correta avaliação sobre a correlação de forças internacional, onde o exemplo do Líbano é ilustrativo, pois Israel e os EUA estão agindo em afronta à lei e à Humanidade por haver uma coesão da ultradireita com Bush. “A forma covarde com que o governo norte-americano atua expõe mais do que a força do seu aparato bélico, desnuda a sua fragilidade, aprofundando o seu isolamento e a sua instabilidade político-militar”, avaliou.

Como contraponto, o professor lembrou que a América Latina vive hoje um processo de integração regional único,

como resposta ao enfraquecimento provocado pelas políticas neoliberais que arrasaram o Continente. “Vemos uma resposta à regressão política e social dos nossos países e povos, que sofreram com crescentes e sucessivas crises”, destacou.

Para Sader, com a vitória de governos nacionalistas (Lula, Chavez, Evo, Kirchner e Tabaré), a América Latina é a única região do mundo onde há articulação por uma integração social. Para ele, a divisão existente se dá “entre os que se alinham aos Tratados de Livre Comércio (TLCs) com os EUA e os que lutam pela integração”. “Soma-se a isso a falência do modelo neoliberal, a incompetência

e o isolacionismo do governo norte-americano, que contribuem para elevar a consciência social sobre o perigoso descaminho imperialista”, avaliou.

Novos valores

Se economicamente os EUA estão mais débeis, a oposição do ponto de vista ideológico não tem um contraponto de peso, como na época do campo socialista. Para Sader num mundo onde o cidadão é tratado como mero consumidor, “precisamos formular alternativas de valores, para a grande maioria, para os pobres, desvalidos e sub-proletários do Brasil que são jovens e encontram-se hoje nas periferias das sete grandes metrópoles”. Para o professor, é necessário que o jovem saia do consumismo ou da alienação, onde enterra sua vida no tráfico e no uso de drogas.

Diante desses desafios, movimentos como o Fórum Social Mundial têm que partir para a ofensiva. Para que as forças sociais possam enfrentar os desafios colocados, acrescentou o professor, torna-se imprescindível a luta contra o monopólio privado da mídia, “um espaço estratégico para a disputa hegemônica”.



Chave Geral - Jornal semanal do Sindieletrô-MG (Rua Mucuri, 271 - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.150-190) Fone: (31) 3238.5000 – Fax: (31) 3238.5049 – E-mail: imprensa@sindieletrmg.org.br
Site: www.sindieletrmg.org.br – Diretor responsável: Marcelo Borges – Jornalista responsável: Andréa Castello Branco – Produção: Secretaria de Comunicação – Impressão: Fumarç/13.500 exemplares

IMPRESSO ESPECIAL
7317293201/2001/DR/MG
SINDIELETRÔ-MG